

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 4 de abril de 2023 - Ata n.º 23.

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Delegado Jacovós** (na função de 1.º Secretário) e **Maria Victoria** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **23.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à nossa 2.ª Secretária, Deputada Maria Victoria, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 22.ª Sessão Ordinária, de 3 de abril de 2023). Era o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Delegado Jacovós, como 1.º Secretário, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Delegado Jacovós – PL): Sim, Excelência, há Expedientes a serem lidos.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofícios n.ºs 701/2023, 200/2023 e 204/2023** do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria do Estado da Infraestrutura e Logística a requerimentos do Deputado Anibelli Neto; **Ofício n.º 705/2023** do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde a requerimento da Deputada Mabel Canto; **Ofícios n.ºs 709/2023, 699/2023, 207/2023, 269/2023 e 266/2023** do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística a requerimentos do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.ºs 209/2023, 206/2023, 203/2023, 202/2023, 210/2023, 270/2023 e 265/2023** do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimentos do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 201/2023** do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística a requerimento do Deputado Tercilio Turini; **Ofício n.º 199/2023** do Chefe da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística a requerimento do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 239/2023** do Gabinete do Governador, comunicando sanção ao Projeto de Lei n.º 80/2023; **Ofício n.ºs 273/2023 e 272/2023** do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimentos do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.ºs 267/2023 e 461/2023** do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimento do Deputado Marcel Micheletto.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 36/2023 do Governador do Estado, encaminhando para

apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 222/2023)** que autoriza o Poder Executivo efetuar a doação, ao município de Alto Paraná, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 37/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 223/2023)** que autoriza o Poder Executivo efetuar a doação, ao município de Iguaçu, do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 38/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 224/2023)** que autoriza o Poder Executivo efetuar a doação ao município de Marilena do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 39/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 225/2023)** que autoriza o Poder Executivo efetuar a doação ao município de Nova Prata do Iguaçu do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 40/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 226/2023)** que altera a Lei n.º 19.284, de 13 de dezembro de 2017, que autoriza o Poder Executivo efetuar doação de imóvel ao município de Mariluz; e **Mensagem n.º 41/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 227/2023)** que autoriza o Poder Executivo efetuar a desafetação de trechos rodoviários que especifica e a transferência desses ao município de Catanduvas. Excelentíssimo Sr. Presidente desta Casa de Leis, era o que continha pela 1.^a Secretaria.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Estamos aqui com a presença da Mini Miss Brasil 2022/2023 e Mini Miss Paraná 2022. É a Laura Zanotelli Federizzi, que tem seis anos, de São Miguel do Iguaçu. Por proposição da Deputada Maria Victoria e do Deputado Matheus Vermelho, faremos a entrega de uma Menção Honrosa à nossa pequena Miss. Então, vou pedir que ela venha aqui ao Plenário e pedir à Deputada Maria Victoria que mais uma vez faça o registro da entrega. Enquanto isso, **suspendo por um momento a Sessão.**

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Está reaberta a Sessão.

Acaba de chegar mais uma Mensagem aqui na Casa. Peço ao Deputado Delegado Jacovós que proceda à leitura da Mensagem.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Delegado Jacovós – PL): Exatamente, Sr. Presidente. **Mensagem n.º 42/2023** do Poder Executivo encaminhada a esta Casa de Leis, do Sr. Governador, que, nos termos dos art.ºs 65 e 66 da Constituição do Estado do Paraná, submete à deliberação de V.Ex.ª este Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 228/2023**) que visa alterar a denominação da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial – Semi, para Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – Semip. Era isso o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa, a visita dos alunos do 3.º ano do ensino médio do Colégio Adventista Boa Vista, acompanhados pelo professor Clayton Santos e do monitor Cláudio da Silva. Sejam bem-vindos. (Aplausos.) Primeira oradora a usar a tribuna, Deputada Flávia Francischini, pelo União Brasil.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Boa tarde, Sr. Presidente e toda Mesa Executiva. Cumprimento também meus colegas Deputados, os servidores desta Casa de Leis, assim como todos os presentes, visitantes e internautas que nos acompanham pelas redes sociais. Hoje, fugindo um pouco da pauta do autismo, que foi inclusive brilhantemente debatida ontem pelos nossos convidados na Audiência Pública, venho falar de um preso político brasileiro, o Dr. Anderson Gustavo Torres. Anderson que é amigo da minha família, profissional altamente gabaritado, Delegado da Polícia Federal e Ex-Ministro da Justiça. Assim como muitos brasileiros, ele vem sendo perseguido por instituições que não deveriam ser políticas. É isso mesmo! Como não notar a perseguição política que está acontecendo, até pelo fato de muitas pessoas terem escolhido o lado que hoje não está no poder. E o pior, tal perseguição está sendo respaldada por outros Poderes da República, além de grande parte da mídia nacional, que, como já sabemos, contribuiu e muito para que grandes corruptos voltassem ao poder. Bem, meus

amigos, o Ex-Ministro Anderson Torres, que dedicou grande parte da sua vida pela segurança do nosso País, está há mais de 80 dias preso. E aí pergunto, meu amigo Delegado e Deputado Tito Barichello: Que bandido fica na prisão por todo esse tempo sem nenhuma prova concreta contrária a ele? O que será isso, se não um constrangimento ilegal e perseguição política? Ainda mais hoje, que, pela perícia do celular do Anderson, está comprovado que ele deu ordem ao seu substituto, no dia 8 de janeiro, para que a manifestação não chegasse ao STF. Isso já foi comprovado. Ele entregou o telefone. Aliás, ele se apresentou, veio de onde estava, nos Estados Unidos, assim que foi chamado - ele estava viajando com a família, com as três filhas, a mais velha com 12 anos. Para se ter uma ideia do absurdo dessa prisão, o Cel. Fábio Augusto, que foi preso ilegalmente e injustamente junto com o Ex-Ministro, foi solto em fevereiro, alguns dias após sua prisão, e o Ex-Ministro Anderson Torres continua preso sem que ninguém entenda o motivo. A decisão que renovou a prisão do Anderson Torres foi proferida no início do mês de março. O Código de Processo Penal, em seu art. 312, quanto à prisão preventiva, dispõe que: *A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime, indício suficiente de autoria.* Bem, no caso concreto do Anderson Torres, ele prestou todas as informações solicitadas pelas autoridades responsáveis pela investigação; ele nunca se evadiu ou demonstrou indícios de insubordinação às ordens judiciais cautelares. Ele se apresentou, ele veio dos Estados Unidos. Largou, aliás, a esposa e as três filhas. Ele estava viajando em férias. Já foram oferecidos todos os meios legais para que Anderson deixasse a prisão, como por exemplo a entrega do seu passaporte, mas nada satisfaz o Judiciário no caso do Anderson Torres. Além do mais, está sendo investigado por um suposto crime omissivo. É inadmissível que um Ex-Ministro de Estado, réu primário que atendeu todos os pedidos realizados pelo Poder Judiciário permaneça preso preventivamente pelo cometimento de uma suposta omissão. Hoje Anderson, preso injustamente, é um filho que não pode acompanhar a sua própria mãe, que trata de um câncer; é um pai de três filhas que hoje não querem

mais ir à escola. Pasmem, tem mais de 50 dias que suas filhas não vão mais à escola. Uma pessoa que dedicou a vida pela nossa pátria, hoje se encontra esquecido e injustiçado. Não podemos ser coniventes com essas injustiças que estamos vendo acontecer nos últimos anos, como a cassação inclusive do meu marido, que todos sabem que foi injustamente cassado, como a prisão do Anderson Torres também. Se deixarmos, meus amigos, isso acontecendo, daqui a pouco pode ser eu, por estar inclusive falando aqui. Mas, o que vemos é este cenário no Brasil: Corruptos voltando ao cenário político com condenações revogadas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Flávia, um minuto para concluir.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): ... partidos políticos pedindo anulação de Acordos de Leniência de empresas que todos sabemos o que fizeram com os cofres públicos, e algumas pessoas com poderes maiores do que são previstos na nossa Constituição. Estamos fazendo hoje uma Moção de Apoio ao Ex-Ministro, por toda sua carreira de serviços prestados ao nosso País. E aproveito e deixo em aberto a todos os Deputados para assiná-la. Muito obrigada. Boa tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima oradora, Deputada Márcia Huçulak.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, estimadas Deputadas e Deputados desta Casa, estimado Presidente Ademar Traiano. Hoje venho fazer um Manifesto Paranista. Venho novamente à tribuna desta Casa cumprir, com muita satisfação, uma missão a mim dada pelo Prefeito Rafael Greca, que é promover o Movimento Paranista, mais especificamente promover um grande livro sobre o Paranismo, obra primorosa do professor e crítico de arte José Roberto Teixeira Leite, que ganhou uma belíssima edição da nossa Fundação Cultural de Curitiba, lançada por ocasião do aniversário de 330 anos da nossa querida capital. Sou portadora de um exemplar para o nosso Presidente Ademar Traiano e outro

para o acervo desta Casa. É uma obra que merece ser conhecida e estudada. Nomes como João Turin e Erbo Stenzel na escultura, Alfredo Andersen e Gustavo Kopp na pintura, Brasília Itiberê, Augusto Stresser e Bento Mossurunga na música, João Groffe e Augusto Weiss na fotografia e Annibal Requião e Arthur Rogger no cinema, personagens da nossa história reunidos pela primeira vez em um livro que desde já é um marco na preservação da nossa cultura. Como aprendemos, o Paranismo é um movimento artístico e cultural que surgiu no início dos anos 20, 1920, e foi marcado pela busca de uma autenticidade e criação de uma identidade regional que nos faz paranaenses. Deixou um forte legado. O autor, que é carioca e milita nas artes há décadas, destaca um ponto importante: Faltou ao Paraná maior divulgação da importância e riqueza do Paranismo. Ele pretende que seu livro ajude a diminuir essa lacuna em nível nacional. Precisamos reconhecer que ninguém faz tão bem esse trabalho como o nosso querido Prefeito Rafael Greca; ele e a nossa Primeira-Dama, Dona Margarita Sansone, são grandes incentivadores da cultura paranaense e principalmente curitibana. Deve-se ao nosso Prefeito a ideia e a implantação, por exemplo, do belo Memorial Paranista erguido no Parque São Lourenço. O espaço, Deputada Cloara, que sei que é fã das obras, tem obras de João Turin, naquele que é um dos maiores, se não o maior jardim de esculturas externas na América Latina. João Turin incorporou de forma única as características do Paranismo e se tornou uma referência em escultura no Brasil. Ao concluir a minha fala, quero deixar aqui um trecho do Manifesto Paranista escrito em 1927, que considero muito atual e tem coerência com a nossa atuação Parlamentar: *Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera e que notavelmente demonstra em qualquer manifestação de atividade digna útil à coletividade paranaense. Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma escultura, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro e plantou uma árvore.* Espero que a minha missão de atrair a atenção dos senhores e das senhoras para o Paranismo com essa obra tenha se cumprido aqui. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Ney Leprevost. Deputada Márcia, ontem acabei jantando com o Prefeito Rafael Greca e ele me falou dessa sua missão de entregar esse livro *Paranismo*. Exatamente isso, não é? Então, vou receber aqui com o maior orgulho. Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Governador Ratinho Júnior, o senhor e todos os Deputados e Deputadas da Assembleia Legislativa do Paraná pelo excelente programa que foi lançado na manhã de hoje. Como membro da Mesa Executiva e um dos Vice-Presidentes da Assembleia Legislativa, sinto-me muito satisfeito pelo fato do nosso Legislativo Estadual repassar R\$ 200 milhões para o Governo do Estado fazer pavimentação nos pequenos municípios do Paraná, principalmente naqueles que têm até 7 mil habitantes. E fico feliz porque será uma pavimentação inclusiva, voltada principalmente à acessibilidade para as pessoas com deficiência. Então, acredito que essa economia feita sob a sua liderança, Deputado Ademar Traiano, aqui na Assembleia, é muito importante. Esses 200 milhões, Deputado Micheletto, Deputada Maria Victoria, que também é da Mesa, Deputado Alexandre Curi, essa decisão da Mesa junto com todos os Deputados foi uma decisão muito nobre e impacta inclusive na saúde pública, porque só quem viveu, Deputado Tercilio Turini, o senhor que é um médico muito conceituado na região de Londrina, só quem viveu em ruas empoeiradas sabe quanto faz mal para o sistema respiratório das crianças estarem o dia inteiro inalando aquela poeira. Então, temos sim que pavimentar essas ruas das cidades que têm menor arrecadação, porque afinal de contas têm menos habitantes, menos indústrias, menos empresas, e isso vai repercutir positivamente na saúde pública. As crianças que têm rinite alérgica, que têm bronquite, que têm asma agradecem. Por isso, hoje é um dia importante, é um dia positivo para a atual gestão do Governador Ratinho Júnior, para a atual gestão aqui da Assembleia Legislativa e me sinto feliz de fazer parte disto na condição de um dos Vice-Presidentes desta Casa, ao lado do Deputado Marcel. Quero também fazer um agradecimento a todos os Deputados que assinaram a nossa proposta da criação

da Frente Parlamentar da Medicina. Mais do que nunca, sabemos hoje, após a pandemia, quanto a medicina é importante, quanto o trabalho dos profissionais de saúde é fundamental. Lá na Câmara Federal, enquanto Deputado representante do Paraná, lutei muito pelo piso nacional da enfermagem. E acredito que hoje não há ninguém que questione a importância dos profissionais da saúde, seja do médico, da enfermeira, do técnico em enfermagem, do técnico em radiologia, da fisioterapeuta, da psicóloga, do terapeuta ocupacional, do nutricionista, enfim, de todos os profissionais de saúde. E é lógico que essa Frente Parlamentar da Medicina que criamos e que tenho a honra de coordenar, Deputado Tercilio, vem para somar com a Comissão de Saúde, que é o órgão desta Casa que dá os pareceres sobre os Projetos na área de saúde. Então, vou precisar contar muito com a sua parceria e lhe agradeço muito por ter dado o parecer favorável à nossa... Quero de público aqui dizer o meu muito obrigado ao senhor por ter dado o parecer favorável à criação da nossa Frente Parlamentar da Medicina. E vamos trabalhar juntos, trabalhar para fortalecer o SUS, trabalhar para fortalecer os hospitais, trabalhar contra a negação da ciência, trabalhar pela ampliação das campanhas de vacinação, que precisam ser retomadas no Brasil, porque a onda de *Fake News* que varreu este País fez... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputado Ney Leprevost, mais um minuto para concluir.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Estou inscrito no horário da Liderança também do União Brasil, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Então, tem mais 10.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Então, já podemos emendar. Obrigado, Presidente. Tivemos um problema sério, Deputado Arilson, com as *Fake News*, caiu a vacinação para o sarampo, caiu a vacinação para a meningite. Temos que voltar a vacinar no Brasil com toda a força. Não de forma obrigatória! Sou contra obrigar qualquer ser humano adulto a inserir dentro do seu corpo qualquer coisa que ele não queira. Mas, através da conscientização, da educação, lembrar os

país de quanto é importante vacinar as crianças desde cedo. Tem doenças que estavam exterminadas no País e que voltaram agora porque as pessoas, amedrontadas por *Fake News*, deixaram de vacinar as crianças. Não se enganem, minhas amigas e meus amigos que estão assistindo à televisão da Assembleia Legislativa, quem está falando aqui para vocês é um Deputado de perfil considerado por todos conservador. Não sou um Deputado considerado da ala progressista, ou seja, da esquerda. Não tenham como ideologia política essa vertente de não vacinar as pessoas. Isso é ridículo! A ciência está acima das ideologias políticas. A sua maneira de se manifestar como uma mulher ou como um homem de direita não é não vacinando o seu filho. A saúde do seu filho está acima do Bolsonaro e do Lula, minha amiga e meu amigo que estão nos assistindo aqui na televisão da Assembleia. Vacine! Acredite na ciência, acredite nos médicos, acredite nos profissionais de saúde, acredite em quem entende do assunto e estudou sobre o assunto. Outro tema que quero abordar aqui com muita preocupação é a questão dos moradores de rua. Curitiba, a cada dia que passa... E ando, viu, Valter e Isaac, ando muito a pé nas ruas aqui de Curitiba! Gosto de caminhar. É um prazer na minha vida, aos sábados, caminhar pelas ruas. Percebo nitidamente, Deputado Marcel, o aumento do número de moradores de rua em Curitiba. Nitidamente. E esse aumento se deve a vários fatores. Claro que um deles é o problema da dependência, um problema de saúde pública – a pessoa tem uma dependência em alguma droga, chega a um momento em que ela está tão dependente que consome aquela droga todo santo dia, acaba rompendo laços familiares e vai morar na rua, Deputado Renato. Esse é um dos casos. Mas, não se enganem, não se iludam, não é todo morador de rua que está lá porque é dependente de drogas. Tem muito morador de rua que não gostaria de estar morando na rua, mas que não conseguiu mais arcar com o seu aluguel, porque entrou na bola do endividamento. Tem pessoas que eram de classe média baixa e que hoje estão morando na rua porque na pandemia da Covid 19 perderam tudo. Então, Deputado Federal Padovani, que nos honra com sua visita hoje aqui nesta Casa, quero dizer que temos que pensar em um programa para a inclusão social desses moradores de rua. Temos que encontrar uma maneira de dar uma

oportunidade para essas pessoas. Em outros estados já estão sendo feitas unidades urbanas. Quando fui Secretário de Justiça, Família e Trabalho, disponibilizei para a Prefeitura o *Aluguel Social*, que pode ser pago para o morador de rua até que ele consiga reconstruir a sua vida. Mas, também temos que, ao mesmo tempo em que entrarmos proporcionando moradias dignas, entrarmos com programas sociais, por exemplo o ensino profissionalizante. A pessoa que vai morar na rua muitas vezes está desatualizada, Deputado Fabio, dos temas que hoje se exige para entrar em uma empresa. Se ela não tem condições nem de tomar um banho digno, imaginem de se preparar para uma entrevista profissional. Não tem condições! Então, podemos pensar também na criação de unidades urbanas, onde essas pessoas sejam ajudadas a fazer o seu currículo, mas tudo começa por moradia digna, por alimentação, por assistência psicológica. Não se deve marginalizar o indivíduo que mora na rua. É óbvio que nenhum comerciante, que nenhuma pessoa fica feliz ao ver alguém defecando ou urinando na frente da sua loja ou do seu comércio. É óbvio que não. Mas, neste caso temos que entender que há um problema social a ser enfrentado, e esse problema social tem a ver com pobreza, tem a ver com miséria, tem a ver com falta de habitações populares e tem a ver também com a questão de saúde pública, que é a dependência de drogas. Temos que trabalhar todos os eixos simultaneamente e com urgência. Penso que a cidade de Curitiba, aí até é uma coincidência a sigla que criei aqui, poderíamos pensar em fazer os *Cristos*, que seriam Casas de Recuperação, Inclusão, Sociabilização, Tratamento e Organização das pessoas que vivem em situação de rua. Ah, mas talvez alguém diga: *Não tem dinheiro*. Não sei se não tem dinheiro! Foi algum Secretário Municipal aqui bater lá na porta dos Ministérios em Brasília para ver se tem dinheiro ou não? Foi alguém da FAS até os Deputados Federais do Paraná pedir dinheiro para isso? Quando fui Deputado Federal, não me lembro de ter recebido nenhuma ligação de ninguém da Prefeitura pedindo recursos para isso. E olha que só no ano passado viabilizei mais de R\$ 40 milhões lá em Brasília para diversos setores aqui no Paraná, principalmente para a área de saúde. Então, tem que ter vontade política. Tem que ter vontade política! Rua não é moradia, mas para

retirar o indivíduo da rua é necessário proporcionar a ele um lugar para morar, uma oportunidade de estudar, uma chance de aprender uma profissão e uma chance também de tratar da sua saúde, porque mesmo aqueles que não têm problemas com drogas têm hoje problemas de saúde causados pela falta de acesso aos médicos. Muitos que moram na rua não têm sequer a identidade, então a vida deles precisa ser organizada. Curitiba é tão linda, amo tanto esta cidade e fico triste, fico triste e fico chocado por ver ao mesmo tempo a beleza, o progresso da nossa cidade e paradoxalmente assistir a seres humanos dormindo nas ruas, jogados como se fossem peças descartáveis da sociedade. Não são. Não são! Precisam de inclusão e também, evidentemente, o poder público tem o dever de se relacionar com eles de forma humanitária, porém disciplinada, de modo que moradores e comerciantes não sejam prejudicados pelo fato de essas pessoas viverem na rua. Ontem um compadre do meu pai recebeu o carnê do IPTU aqui em Curitiba, carnê que o nosso simpático Prefeito Rafael Greca e o nosso gentil Vice-Prefeito... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ney, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): ... carnê que o nosso simpático Prefeito Rafael Greca e o nosso gentil Vice-Prefeito, muito educado Eduardo Pimentel estão mandando para a casa das pessoas do IPTU. Está salgado, hein, gente! Que tal aproveitar um pouquinho dessa arrecadação de Curitiba, que chega até quase R\$ 11 bilhões ou, melhor, passa de R\$ 11 bilhões por ano e investir para retirar das ruas esses moradores e dar a eles a oportunidade de uma nova vida, fazendo aqui a lição na terra que Jesus morreu para nos ensinar, que é do amor ao próximo? Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tito, declina?

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri; e cumprimento o Líder da Oposição,

Deputado Requião Filho. Utilizo aqui celeremente a tribuna, Sr. Presidente, para me mostrar preocupado com aquilo que foi trazido pela Deputada Flávia Francischini. Temos um preso político no Brasil, temos uma pessoa perseguida pelo sistema jurídico, que se encontra há mais de dois meses preso. Pergunto ao Delegado Jacovós se ele consegue compreender, consegue visualizar a situação de prisão preventiva pela qual o Ex-Ministro da Justiça se encontra com a liberdade suprimida. Não existe outra possibilidade jurídica além da prisão preventiva. Vamos deixar isso claro. Não existe prisão em flagrante, até porque a prisão em flagrante teria que ser convertida em preventiva, e não existe a possibilidade de prisão temporária. Então, é a prisão preventiva. Pergunto: Onde está a garantia da ordem pública? Onde está a garantia da ordem econômica? Onde está a conveniência da instrução criminal? Onde está garantida a aplicação da lei penal, Delegado Jacovós, o senhor como Delegado? Isso não existe, isso não está ocorrendo e, se não está ocorrendo, temos uma situação ilegal em nosso País. Peço ao Sr. Presidente que analise a oportunidade de uma Comissão de Deputados se dirigir a Brasília para verificar a situação que está ocorrendo em relação à prisão do Ex-Ministro Anderson Torres, porque em termos jurídicos afirmo para vocês: é totalmente ilegal e arbitrária, sem qualquer respaldo jurídico. Chamo aqui qualquer jurista, qualquer advogado, qualquer professor de Direito Penal que me demonstre onde estão os requisitos da prisão preventiva, porque é uma prisão processual; não se trata de uma prisão penal, porque não houve uma condenação com trânsito em julgado. Então, Deputada Flávia Francischini, os requisitos não estão presentes; e, se presentes não estão, a prisão é ilegal. Peço a V.Ex.^a que aceite que, em momento posterior, possamos conversar a respeito para montarmos uma Comissão, com a anuência do nosso Presidente da Assembleia Legislativa, para irmos a Brasília e verificarmos essa realidade, porque o povo paranaense não aceita ilegalidades. Aqui representamos a sociedade paranaense sem medo e sem temor, porque temos um mandato, temos imunidade material, temos imunidade formal justamente para isso, para não termos medo. É por isso que podemos subir nesta tribuna e defender a sociedade de bem, defender a democracia, porque hoje é o Ex-Ministro da Justiça, amanhã

quicá, Sr.^s Deputados, um de nós. Então, vamos lutar pelas prerrogativas e pelo cumprimento da legislação penal e processual penal em nosso ordenamento jurídico. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Deputado Federal Padovani, por solicitação do Deputado Ney Leprevost e desta Presidência também. Seja bem-vindo. Deputado Professor Lemos, declina?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento todos os nossos visitantes, em especial a Polícia Penal presente na Sessão. Ao cumprimentá-los, quero cumprimentar todos os servidores e servidoras que estão acompanhando com muita atenção as Sessões na Assembleia no último período. Quero também cumprimentar a população que acompanha a Sessão pela TV e pelas demais redes da Assembleia Legislativa. Estamos propondo ao Governador a ampliação do número de vagas do concurso para professores, pedagogos e pedagogas. O número de vagas é 1.256. Sabemos que tem mais de 10 mil vagas para concurso público e pode chegar a 20 mil vagas. Portanto, estamos propondo no requerimento no mínimo 10 mil vagas nas diferentes disciplinas e também para pedagogos e pedagogas. É necessário porque temos um número grande de professores com contrato temporário, temos um número grande de professores também com aulas extraordinárias e, no caso dos pedagogos, com serviços extraordinários. Então, temos vaga. Outro item do requerimento que solicitamos ao Governador é a alteração do piso, que no edital está um valor inferior ao piso. Precisa pagar o piso. O piso inicial por 40 horas é R\$ 4.200,00. Então, R\$ 4. 420,00 por 40 horas, por 20 horas tem que ser 2.210,00. Não pode ser esse valor de 1.951,00 que está no edital. Precisa corrigir. Não pode convocar um concurso para pagar menos do que o piso nacional de ingresso na carreira do magistério. Também estamos propondo que o Governo assegure no concurso a disciplina de espanhol, que, aliás, esta Casa aprovou uma Emenda Constitucional assegurando o ensino do espanhol nas escolas do Estado

do Paraná, e passou aqui por unanimidade. Então, precisamos também assegurar para essa disciplina terá concurso público. Também temos os nossos colegas do ensino especial, que não estão nesse edital e é preciso cuidar do ensino especial; precisa de concurso público para o ensino especial e a educação no campo. A Deputada Luciana acompanha de perto e sabe da importância que tem a educação no campo. Precisamos de concurso para alcançar esses professores formados inclusive nas nossas universidades, formados em educação no campo, preparados para trabalhar com o estudante lá da agricultura. Então, é muito importante que esse professor também, esse profissional esteja no edital do concurso público. Fica aqui mais uma vez o nosso apelo ao Governador para que altere esse edital, porque ele pode e deve ser melhor do que foi publicado na forma original. Também o Governador fez um anúncio da reposição salarial. Fez dois anúncios, um é o pagamento de 5,79% para repor a inflação. Segundo o que a imprensa divulgou, é a inflação de 2022, que foi exatamente 5,79%. Evidentemente que a solicitação dos servidores é para zerar a inflação dos últimos seis anos, que aí chega a 42%. Mas, a preocupação dos servidores também é que correu o boato de que nesses 5,79% poderiam estar os 3,39% que já são fruto de uma ação transitada em julgado, que os servidores ganharam de uma parcela de um reajuste aprovado em lei, lá em 2015, e que ainda não foi pago. Ora, não pode incluir nos 5,79% os 3,39%. Então, estão aí os servidores dizendo que não pode. Inclusive conversei com lideranças, como a Professora Walkiria, como a Vanderleia, a Walkiria da APP e a Vanderleia preside o Sindicato da Polícia Penal, que já falaram em nome de todos os servidores, dizendo que é preciso que o Governo não faça isso, não junte aqueles 3,39% para chegar aos 5,79%. Cinco e setenta e nove é a inflação de 2022; que seja paga essa inflação e que o Governo também estude o pagamento dos 3,39% também, porque já é uma ação transitada em julgado e o Governo precisa pagar os servidores, porque já estão bem atrasados esses 3,39% que era para ter sido pago em 2017. Então, está bem atrasado. O Governo fez um anúncio do piso dos professores, que é de 13,25%. Então, os professores estão recebendo um valor no Paraná, desde janeiro, inferior ao piso. Então, é preciso pagar 13,25% para chegar ao piso, e isso tem que ser

retroativo a janeiro. Ocorre que o Governo está falando que vai pagar a partir de agosto, tanto o piso dos professores quanto a reposição da inflação aos demais servidores. A data-base de todos os servidores é no mês de maio. Não sei por que razão o Governo anunciou que pagará em agosto! Precisa cuidar disso, o piso para professores é janeiro e a inflação dos demais servidores é em maio. Então, portanto, não é agosto. Essa demanda também os servidores estão trazendo aqui para a Assembleia e tem que ter a acolhida aqui desta Casa para que os servidores possam receber pelo menos nos prazos estabelecidos em lei. Então, fica aqui mais uma vez o nosso apelo ao Governador Ratinho Júnior, que considere esse clamor dos servidores do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Cobra Repórter, declina. Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Polícia Penal do Paraná, boa tarde. Deus abençoe vocês. Esta Casa aqui, Sr. Presidente, reiteradas vezes deu demonstrações de apreço, de carinho, de respeito pelo trabalho de V.Ex.^{as} em prol da segurança pública do Estado do Paraná. Mas, disse agora pouco, o que foi, foi... Temos que pensar nas novas pautas, e elas chegaram. A primeira delas, Sr. Presidente, quero agradecer a V.Ex.^a e toda a Mesa pela rapidez em ter pautado este Projeto tão importante que trata da criação do Conselho da Polícia Penal. Quero agradecer à CCJ na pessoa do seu Presidente Tiago Amaral, do Vice-Presidente Jacovós, que inclusive é o Relator; quero agradecer ao Governo do Paraná, Governador Ratinho Júnior, que teve a sensibilidade. E quero aqui agradecer em meu nome e em nome do Vice-Líder Gugu Bueno – obrigado, Gugu - e do Deputado Artagão. Na segunda passada, estivemos na Casa Civil e conseguimos a autorização, enfim, convencemos que pudesse mandar o Projeto para cá. E este Projeto, jovens que estão assistindo aqui, futuros Vereadores, Deputados e Prefeitos, quem sabe algo mais, em média um Projeto leva aqui de 30 a 40 dias para ser votado e este Projeto vai bater recorde, porque na semana que vem, se Deus quiser, ele estará sendo aprovado aqui com o apoio de todos os Deputados, inclusive da base e da oposição, porque é um Projeto meritório. Hoje,

tenho certeza que será votado por unanimidade aqui este Projeto nesta Casa. Dito isso, gostaria aqui, Sr. Presidente, de reafirmar o meu agradecimento aqui, Deputado Arilson, Presidente do PT Estadual. Não posso deixar de fazer este agradecimento. De vez em quando nos engalfinhamos um pouco ali, mas sempre com respeito, mas V.Ex.^a e a Bancada do PT deram uma demonstração de carinho, de respeito ao Paraná quando trouxeram até aqui o Presidente da Itaipu e discutiu com o nosso Secretário da Educação do Paraná a possibilidade de fazer parcerias dentro das escolas do Paraná. Parabéns! Acho que é um belo caminho. Agradeço em nome do Governo do Paraná, em nome da Liderança do Governo esse gesto que o senhor e a Bancada do PT tiveram. Senhor Presidente, hoje é dia de comemorar. Não pude estar presente porque tive um problema de saúde e ainda estou me recuperando, mas foi fantástico. Tive relatos de colegas que estiveram no evento que tratou da liberação de recursos para a pavimentação de municípios de até 7 mil habitantes e foi fantástico. O entusiasmo tomou conta de Prefeitos - eu que já fui Prefeito, Presidente -, porque asfalto é saúde, asfalto é qualidade de vida, é tudo de bom. Doutor Antenor, que certamente um dia ainda vai ser Prefeito de Guarapuava - faço boas previsões, o senhor merece. Mas, quero dizer uma coisa, Sr. Presidente: Parabéns para a Mesa! Nós Deputados muitas vezes somos criticados, cobrados e quando vemos, Curi, quando vemos, Traiano, Maria Victoria, toda a Mesa, colocar R\$ 200 milhões em um Projeto, realmente tem que ser aplaudido, porque vai beneficiar diretamente toda a população do Interior do Paraná. E o meu motivo de subir hoje aqui, o maior motivo também é esse, parabenizar essa iniciativa da Assembleia do Estado do Paraná. Então, não tenho muito mais o que falar, só quero aqui finalizar agradecendo esta parceria e dizer que todos estamos no caminho certo. Viva o Paraná!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Vou ceder o espaço ao Arilson hoje, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, Sr.^s Deputados e Deputadas, ontem fui calado, pois o Governo do Estado orientou o voto para se rejeitar um Pedido de Informações sobre contratos de R\$ 30 milhões sem licitações na Copel, um contrato que gerou danos para a Copel de mais de R\$ 3 bilhões, valores que perguntamos se constavam corretamente nos balanços e se a Bolsa de Valores tinha essa informação. Estamos perdendo empresas públicas eficientes aceitando os contratos ruins e sem as informações necessárias cada vez mais, como se não fosse conosco. O Poder Legislativo está sendo tratado com descaso, e as grandes empresas de interesse dos grupos financeiros estão mandando nas pessoas, nos Governos. E agora sequer, Deputado Traiano, podemos pedir informações. Que absurdo! Queremos, sim, transparência. Queremos saber qual o balanço, se está certo esse balanço e por que a Diretoria da Copel colocou apenas anotação de 670 milhões de risco no balanço, e se restaram valores no caixa da Copel para serem distribuídos em dividendos para os acionistas em 30 de junho deste ano. Ontem o Líder do Governo orientou o voto “não” ao meu Requerimento, pois disse que ele provinha de uma denúncia anônima e perguntou para mim sobre a fonte. Trouxe aqui uma informação, uma informação contida no jornal *O Estado de São Paulo*, inclusive pedi para ser incluído esse exemplar do jornal aqui nos anais desta Casa. O jornal coloca, *O Estado de São Paulo*, que a Copel está sendo acusada de quebrar contrato, e que a briga ia ser decidida no Tribunal de Arbitragem. E o imbróglio envolve uma parceria entre a empresa paranaense e o FIP IEER, que criou a companhia de energias renováveis CER, cuja Copel tinha 49,9% de participação. A origem do meu questionamento é pública, vem do jornal *O Estado de São Paulo*. Ontem o Governo rejeitou o pedido de informações porque falava que a fonte era anônima. Vários crimes, assassinatos e estelionatos cometidos no Brasil foram resolvidos através de denúncias anônimas, e o Governo não pode simplesmente dizer que, porque a fonte é anônima, a Copel não responde às informações que a sociedade precisa, que seus acionistas precisam. Negar de levar o pedido de informações à Copel para ter respostas pelo simples fato de anonimato é inadmissível. Por isso

os Requerimentos serão feitos por Deputados e Deputadas que compõem a Frente Parlamentar das Estatais e das Empresas Públicas, e será aberto para assinatura de todos. Estou aqui anexando a origem da pesquisa. Obviamente que a minha equipe, que é muito competente, levantou muitos mais dados depois disso e agora queremos saber sobre a venda da participação do Governo do Estado que está se configurando em uma afronta a todos os cidadãos paranaenses. Fui calado no meu direito de pedir informações de interesse público, foi negado. E hoje, pasmem, Presidente Traiano... Gostaria, Presidente Traiano, que V.Ex.^a prestasse atenção no que vou ler aqui agora. E hoje, quando fui consultar, Deputado Maurício, o meu CPF no sistema da Justiça, deparei-me com uma afronta à atividade de exercício parlamentar. A Copel entrou com uma interpelação judicial contra a minha pessoa, contra o Deputado Arilson. Aqui está! Tentando me calar por estar fazendo questionamentos sobre a venda da Copel. Se vocês acham que uma interpelação judicial vai me calar, vocês estão enganados. A novela da Copel vai ficar quente semana que vem. Os próximos capítulos serão mais fervorosos, porque vocês não têm caráter. Vocês estão escondendo, pelo jeito, ao recusar aqui o pedido de explicações, ao não querer dialogar com esta Casa, agora vêm com interpelação judicial. Tenho aqui dentro desta Casa, Presidente, imunidade parlamentar. Não fui desrespeitoso com ninguém, levantei os termos colocando como suspensão e peço aqui que a Procuradoria da Casa entre na minha defesa. É um absurdo tentar calar um Deputado aqui nesta Casa. Não dá para admitir uma atitude dessas, Deputado Maurício. Por favor.

Deputado Requião Filho (PT): Assusta-me a Copel tentar trabalhar com censura de algo que deveria ser público. Escutei alguns discursos prévios aqui sobre o devido processo legal, sobre censura, sobre liberdade de expressão. Gostaria de ver todos os Deputados desta Casa aqui se colocando contra esse absurdo da Copel. E vou sugerir inclusive uma moção assinada por todos os Parlamentares contra essa atitude.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Agradeço, Deputado Maurício.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Deputado Arilson, permite-me?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Claro, Deputado Hussein.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Veja, esse assunto tem que ser olhado sob a luz da tranquilidade, transparência. São dois aspectos que quero colocar para V.Ex.^a. O primeiro deles é em relação à minha atitude aqui. Quero deixar claro para todos que estão assistindo agora que temos uma maneira de trabalhar aqui e que V.Ex.^a não foi cerceado. Existe o envio de expediente... Só me permita concluir. E iríamos aprovar o envio de expediente, mas V.Ex.^a optou pelo Requerimento. Tranquilo. Agora, é democrático - ou perde, ou ganha. É assim aqui, é assim em Brasília, com o Governo Lula, é assim em qualquer lugar. Ou você acha que a base do Lula vai agir de outra forma? É natural. Mas, ainda assim dei a oportunidade de envio de expediente e todos os Requerimentos aprovamos como envio de expediente. Agora o segundo assunto. Realmente o senhor tem razão. Fui tomado de surpresa. Confesso para V.Ex.^a que fui tomado de surpresa, o Gugu Bueno foi tomado de surpresa, todo o nosso time foi tomado de surpresa. A minha solidariedade total a V.Ex.^a, e vou trabalhar no sentido de que isso seja dirimido, retirado ou criado alguma condição. Não sei que motivo técnico ou jurídico que levou, mas V. Ex.^a tem toda a minha solidariedade, porque V.Ex.^a é um Deputado eleito, V.Ex.^a tem todas as suas prerrogativas. E quero deixar aqui a minha solidariedade. Deixo aqui para V.Ex.^a a minha questão do Requerimento.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O fato, Deputado Hussein, é que o Governo do Paraná preferiu não me responder por escrito. Está fazendo perguntas sobre de onde vem, a origem das minhas fontes e informações. É um direito de ele perguntar isso, como é um direito meu apresentá-las ou não. Tenho imunidade para estar fazendo isto aqui, tenho prudência no que faço. Quando pedi aqui para apresentar o registro da Copel que o balanço poderia estar fraudado, foi negado. E desafio a Copel vir aqui e apresentar. Sabe por quê? Porque quando se deu esse imbróglio a Copel perdeu na Câmara de Arbitragem Brasil-Canadá. E quando se dá a arbitragem? Quando no contrato da execução do serviço, consta

no contrato que o fórum legal que vai se resolver é o Tribunal de Arbitragem. Lá a Copel tinha ciência, perdeu; entrou com um processo no Tribunal de Justiça, está sob segredo de Justiça mas a chance, todo mundo sabe, não sou advogado, mas a chance é remota. E agora, ao invés de anotar o valor de 3,5 bilhões, declarado pela imprensa no jornal *O Estado de São Paulo*, colocou um registro 600 milhões. Se não reconhece isso, o que acontece? Distribuem-se dividendos que não poderiam ser distribuídos. E é esse o questionamento que estou fazendo aqui. Só isso. Agora, a Copel autoritária quer calar o Parlamentar. Vocês não vão vender a Copel com atitude autoritária. Ninguém aqui vai abaixar a cabeça por causa disso, muito pelo contrário. Vocês venham a público e contem para a Bolsa de Valores e para todos os órgãos que fiscalizam o que está acontecendo, se é verdade ou se não é verdade. Vim em forma de pergunta, coloquei em forma de Requerimento; agora, se vocês não têm competência para responder e se defender do que está acontecendo, não é calando um Parlamentar. É inadmissível, em pleno ano 2023, a censura e a sensação de querer intimidar uma autoridade política - porque os 54 Deputados e Deputadas aqui são autoridades políticas -, uma empresa pública venha a fazer. É estranha demais essa atitude. Acho que tem muita coisa que vai ser revelada nos próximos dias. Quero convidar vocês, na próxima semana, - já que o caminho é o encontro, o embate - se não responder os comentários aqui, vamos trazer... (É retirado o som.) Presidente, por favor, mais um minuto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sim, pois não, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Vamos trazer cenas mais quentes e proibidas pela telenovela brasileira da Copel, na semana que vem. Por isso, quero que seja aprovado o nosso novo Requerimento da Frente Parlamentar com as indagações. Vou trabalhar com ética, perguntando, escrevendo e esperando retorno. Se não vier o retorno, obviamente sou obrigado a tornar públicas as informações que tanto alguns querem esconder lá dentro da Copel. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença do Prefeito de Reserva do Iguaçu, Vitório Antunes; dos Vereadores Luiz José Zanon e José Irineu Veiga de Paula; da Presidente do Sidarspen, Vanderleia Leite, do Vice-Presidente Ivolcir Bonfim e dos demais membros presentes, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (PROS), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (49 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:* *Adão Litro (PSD), Denian Couto (PODE), Mabel Canto (PSDB), Nelson Justus (UNIÃO) e Reichembach (PSD) (5 Deputados).*]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 209/2023**, dos Deputados Delegado Tito Barichello e Cantora Mara Lima, que institui o dia 31 de outubro como o Dia Estadual da Proclamação do Evangelho; **Autuado sob o n.º 210/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a Campanha Permanente de Combate, Conscientização e Prevenção à Síndrome de Esgotamento Profissional – Síndrome de Burnout, a ser celebrado anualmente em 15 de outubro no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 211/2023**, do Deputado Samuel Dantas, que concede às doadoras de leite materno isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso para provimento de cargo ou emprego na administração pública estadual; **Autuado sob o n.º 212/2023**, dos Deputados Alexandre Curi e Maria Victória, que concede o título de Capital do Chocolate ao município de Borrazópolis; **Autuado sob o n.º 213/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que altera a Lei Estadual n.º 18.419, de 7 de janeiro de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná), determinando a reserva de vagas de estacionamento em shoppings centers e estabelecimentos públicos às pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA; **Autuado sob o n.º 214/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que autoriza a redução de jornada de trabalho dos servidores públicos estaduais que sejam pais ou responsáveis por crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TEA); **Autuado sob o n.º 215/2023**, do Deputado Marcel Micheletto, que estabelece a marca distintiva Selo Estadual Responsabilidade Social às cooperativas agroindustriais no Estado do Paraná que instituírem plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cooperados e dependentes; **Autuado sob o n.º 216/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, que altera a Lei n.º 20.933/2021, na qual dispõe sobre os parâmetros de financiamento das universidades públicas estaduais do Paraná, estabelece critérios para a eficiência da gestão universitária e dá outros provimentos; **Autuado sob o n.º 217/2023**, do Deputado Matheus Vermelho, que dispõe sobre a obrigatoriedade de agências bancárias, cooperativas de créditos e instituições financeiras em geral a fornecer aos clientes comprovantes do início do atendimento; **Autuado sob o n.º 218/2023**, da Deputada Márcia Huçulak, que

concede o título de Cidadão Benemérito ao Sr. Rafael Valdomiro Greca de Macedo; **Autuado sob o n.º 219/2023**, do Deputado Cobra Repórter, que institui a Semana Estadual de Prevenção Contra a Violência e Promoção de Segurança nas Escolas e adota outras providências; **Autuado sob o n.º 220/2023**, dos Deputados Maria Victória, Bazana, Flávia Francischini, Márcia Huçulak, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Gilson de Souza e Professor Lemos, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da linguagem de libras na prestação do serviço público estadual ofertado por órgãos na administração pública estadual, direta e indireta, e das empresas concessionárias e permissionárias; **Autuado sob o n.º 221/2023**, dos Deputados Ricardo Arruda, Gilberto Ribeiro, Delegado Jacovós, Gilson de Souza e Marcel Micheletto, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Jair Messias Bolsonaro.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Sr. Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem, Deputado Amaro.*

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): É que não entendi direito o título. É síndrome do quê que o senhor falou?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vossa Excelência poderá procurar o dicionário de português com tradução em francês, que V.Ex.^a encontrará a definição clara da palavra *burnout*.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Burnout.* Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD):

Passamos aos Itens da pauta.

(Procedeu-se à votação simbólica da Redação Final.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 133/2022, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que institui a Semana de Conscientização sobre a Importância da Liberdade de Imprensa para a Democracia, a ser comemorada na primeira semana do mês de abril. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

ITEM 2 – Redação final do Projeto de Lei n.º 239/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 39/2022, que institui o Sistema Esportivo Estadual e o Fundo Estadual do Esporte e dá outras providências. O Projeto recebeu Emenda de Redação. Em razão disso, vamos submeter à votação a Emenda. Em discussão a Emenda. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”. A Emenda melhora ainda mais o Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.ª Deputados. Ainda pendentes os votos dos Deputados Alisson, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Goura, Luís Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Tiago Amaral. Votação encerrada, Sr.ª Deputados: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor , Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Adão Litro, Denian Couto, Goura, Luis Corti, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Soldado Adriano

José (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda. O Projeto retorna à Comissão de Redação para elaborar a alteração.**

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 9/2022, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Ofício n.º 1299/2022, que altera a redação do §52 do art. 115 da Lei Complementar n.º 85/1999, Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Esta Presidência registra a presença na Casa do Prefeito de Pérola do Oeste, meu amigo Edsom Bagetti, meu Prefeito, por sinal; do Vice-Prefeito, Sr. Alcir Pigoso; do Presidente da Câmara, Mauro Palharini; dos Vereadores Leonardo Bagetti, Leandro Pinto, Emerson Kaibers e Rodrigo Fritzen, e do Chefe de Gabinete Gledson Pigoso. Sejam todos bem-vindos a esta Sessão. Senhores Deputados, por favor, o voto. Estou aguardando a votação. Estou aguardando a votação, Sr.ª Deputados. O Item 3 da pauta.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O nosso voto é “*sim*”. Estava demorando aqui, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendente os votos dos Deputados Arilson, Batatinha, Cantora Mara Lima, Gilberto Ribeiro, Requião Filho, Deputada Mara Lima e Ricardo Arruda.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Meu voto é “*sim*”, Sr. Presidente. Aqui não está funcionando.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Mara Lima, vota “*sim*”? Nós registramos o seu voto. Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:**

*Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Adão Litro, Cantora Mara Lima, Denian Couto, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Reichembach e Ricardo Arruda (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 9/2022. Quarenta e seis votos, com o voto da Deputada Mara Lima. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 430/2022, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Ofício n.º 993/2022, que cria cargos no quadro de servidores do ministério público do Estado do Paraná, conforme especifica, e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nosso voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alisson, Anibelli Neto, Arilson, Bazana, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Marcel Micheletto, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Paulo Gomes, Requião e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del.*

*Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Adão Litro, Denian Couto, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Reichembach e Requião Filho (8 Deputados).]* Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 430/2022.**

Os Itens 5 e 6 faremos votação agrupada, por se tratarem de matérias correlatas.

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 14/2023, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 73/2023, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Dois Vizinhos. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 15/2023, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 72/2023, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Porecatu. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tito Barichello, seu voto, Doutor Antenor, Goura, Gugu Bueno, Marcio Pacheco, Requião Filho. Ok. Está registrado o voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro,**

*Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Adão Litro, Anibelli Neto, Denian Couto, Goura, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Nelson Justus e Reichembach (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.***

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 26/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 1/2023, que aprova crédito especial, alterando o vigente orçamento geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Orçamento. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Como votam os Deputados Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cristina Silvestri, Delegado Tito, Do Carmo, Fabio Oliveira, Goura, Matheus Vermelho? Deputado Fabio, seu voto.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del.

*Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Adão Litro, Denian Couto, Fabio Oliveira, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Nelson Justus e Reichembach (8 Deputados).]* Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 26/2023. Quarenta e sete votos, com o voto do Deputado Fabio Oliveira. Está aprovado o Projeto.**

Os Itens 8 a 12 também faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 90/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 12/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Foz do Iguaçu, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 91/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 13/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Morretes, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 92/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 14/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Palmas, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 93/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 15/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a

doação, ao município de São Pedro do Iguaçu, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 12 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 94/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 16/2023, que autoriza o Poder executivo a efetuar a doação, ao município de Paranaity, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão os Itens 8 a 12.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando. Como encaminha o Líder da Oposição, ilustre Deputado Requião Filho?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Queria ouvir a sua voz, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Fica registrado que não fui chamado de *ilustre*. Quem sabe na próxima!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): A história do Deputado Requião Filho, filho de um Governador por três vezes, ele merece um tratamento diferenciado. Vossa Excelência foi apenas Prefeito de União da Vitória.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Mas chego lá ainda!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado modesto, disse que era bom de bola, bonito e vai virar Governador.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não, falei que chego ao Requião ainda. Vocês não entenderam.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Cristina, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Flávia Francischini, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Moacyr Fadel, Ney Leprevost. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (46 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Adão Litro, Denian Couto, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Ney Leprevost e Reichembach (8 Deputados).]* Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 13 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 154/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 24/2023, que aprova crédito especial, alterando o vigente orçamento geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Encaminhamento feito pelo Ilustre Líder do Governo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Opa! Agora vai!

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Anibelli Neto, Deputado Batatinha, Deputado Delegado Tito Barichello, Douglas Fabrício, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel e Samuel Dantas. Deputado Samuel Dantas, seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (45 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Adão Litro, Denian Couto, Goura, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Matheus Vermelho, Nelson Justus e Reichembach (9 Deputados)]. Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 154/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Matheus Vermelho.)***

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Voto “sim” também, Presidente. Considere meu voto - Matheus Vermelho. Não consegui aqui; está com problema aqui na digital.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado em Ata.

ITEM 14 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 34/2021, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que denomina Cezar Silvestri a rodovia PR-466, do trevo em Guarapuava, que é o entrocamento com a BR-277, até o acesso a Furnas. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Substitutivo Geral da CCJ. Bela homenagem ao nosso sempre

querido e saudoso Cezar Silvestri, que foi Deputado Estadual aqui por vários mandatos.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Deputado Traiano, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputado Tercilio Turini.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Deputado Traiano, Deputados e Deputadas, há dois anos recebi a visita de alguns assessores da nossa querida Deputada Cristina Silvestri, logicamente sem o conhecimento da Deputada, pedindo que fizéssemos uma homenagem ao sempre Deputado Estadual e Federal Cezar Silvestri. Fiquei muito feliz e muito honrado com a incumbência. Quem talvez seja mais novo não se lembre, o Deputado Cezar Silvestri teve uma atuação muito marcante no Estado do Paraná, uma contribuição extraordinária e fiquei mais feliz ainda, porque sempre fui muito amigo dele. Militamos no mesmo partido durante muitos anos e quando cheguei aqui nesta Casa, em 2013, o Cezar Silvestri era Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Foi uma das pessoas que me acolheu e me orientou muito aqui, durante o período em que estivemos juntos. Queria só relembrar, Deputado Traiano, que o Cezar Silvestri foi Vice-Prefeito de Guarapuava, foi Deputado Estadual por três mandatos, em 1990, 1994 e 1998, foi autor da Lei que autorizou a estadualização dos cursos de agronomia e medicina veterinária, tornando-os gratuitos, que foram integrados à Unicentro, teve atuação decisiva na transformação da Fafig em Universidade Estadual, a Unicentro de Guarapuava, teve três mandatos de Deputado Federal, 2002, 2006 e 2010, e foi Secretário de Desenvolvimento Urbano, Chefe da Casa Civil e da Agepar durante o Governo do Beto Richa. Então, estamos fazendo uma homenagem a ele, uma pessoa que realmente teve uma contribuição extraordinária não só para a região de Guarapuava, mas para todo o Estado do Paraná. Então, pedimos aí o voto aos nossos companheiros Parlamentares. Obrigado.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Cristina, pois não.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Quero agradecer ao Deputado pela homenagem. Realmente foi uma surpresa, porque não sabia. Muito obrigada. Estou emocionada com a homenagem. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): A Deputada Cristina é esposa do falecido Cezar, e hoje é Deputada Estadual. Então, rendemos aqui as nossas homenagens e imagino que a votação será por unanimidade. Vamos votar então, Sr.^s Deputados e Deputadas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, em nome da bancada do Governo, a nossa homenagem a essa figura humana extraordinária, o nosso reconhecimento. Parabenizo o Deputado Tercilio Turini pela homenagem e peço evidentemente o voto “*sim*” a todos os nossos Deputados.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Bancada de Oposição pede o voto “*sim*” nesta homenagem ao pai da Teca, do Cesar Augusto, o avô do Quiqui, o avô da Bia e do Augusto. Uma homenagem muito justa, um homem que fez a sua carreira política sem nenhuma mancha e que merece esta homenagem.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Obrigada, Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sempre lembrando, Sr.^s Deputados, que teremos mais uma Sessão Ordinária tão logo venhamos a encerrar esta Sessão. Ainda pendentes os votos dos Deputados Ana Júlia, Artagão Júnior, Deputada Cristina, que está votando, Deputado Doutor Antenor, Deputado Luís Corti, Deputado Renato Freitas e Soldado...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Deputado Luís Corti pede para registrar que não está conseguindo entrar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): ... e Deputado Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Adão Litro, Denian Couto, Goura, Luis Corti, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Reichembach, Renato Freitas e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 34/2021. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Soldado Adriano José.)**

ITEM 15 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 519/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 119/2022, que altera o art. 3.º da Lei n.º 20.107, de 19 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga a PR-364 ao município de Rebouças e a rodovia Jacó Schutz, que liga a PR-218 à BR- 376, no município de Paranavaí. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Regime de Urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante Projeto. Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Presidente, na votação anterior o senhor consegue constar o meu voto “sim”, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Faremos constar em Ata, Deputado Soldado Adriano. Ainda pendentes os votos dos Deputados Arilson,

Batatinha, Evandro Araújo, Flávia Francischini, Luís Corti, Maria Victoria. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Adão Litro, Denian Couto, Flavia Francischini, Goura, Luis Corti, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Nelson Justus e Reichembach (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 519/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 602/2023, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei em segunda discussão na Sessão Ordinária do dia 4 de abril. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 584/2023, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Dr. Biazio Guarezi Filho, Ex-Secretário Municipal da Saúde de Campo Largo; **Requerimentos n.ºs 585 a 588/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de

louvor: à Churrascaria Batel Grill; à Plastilit; ao Clube Curitibano; e ao Restaurante Madalosso; **Requerimento n.º 590/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Dr. Edimar Gomes, renomado médico que foi Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná-Cisnop; **Requerimento n.º 592/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado propondo a adesão e implantação do Programa Internacional de Capacitação de Familiares e/ou Cuidadores de Crianças com Transtorno do Espectro Autista; **Requerimento n.º 594/2023**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, e ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo providências emergenciais referentes às obras de revitalização do trevo da Codapar, no município de Palmas, e restauro do Monumento Rodoviário Curitiba-Palmas do artista Poty Lazzarotto; **Requerimento n.º 595/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações ao Prefeito Edimar Aparecido dos Santos, pela posse na Presidência da nova Diretoria da Associação dos Municípios do Paraná-AMP; **Requerimento n.º 596/2023**, do Deputado Requião Filho, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. César Augusto Neves Luiz, requerendo urgentemente o repasse de valores ao Hospital do Coração Bom Jesus, em Ponta Grossa; **Requerimentos n.ºs 599 e 600/2023**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações para o Sr. Leandro Knopfholz, idealizador e Diretor-Geral do Festival de Curitiba, e para a Sr.^a Fabiula Passini, Diretora do Festival de Curitiba; **Requerimento n.º 603/2023**, do Deputado Gilberto Ribeiro, solicitando o envio de votos de congratulações e menção honrosa ao Delegado de Polícia Civil do Paraná, Sr. Rodrigo Brown de Oliveira, por desempenhar exemplar trabalho na sua função, onde prestou serviços na resolução de diversos crimes; **Requerimentos n.ºs 604 e 605/2023**, do Deputado Gilson de Souza, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa: à 44.^a Igreja do Evangelho Quadrangular no município de Curitiba; e ao Pastor Agostinho Palmeiro e à Pastora Luiza de Jesus Palmeiro, da

Igreja do Evangelho Quadrangular no município de Mamborê; **Requerimento n.º 606/2023**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo melhorias na PR-534, entre os municípios de Miraselva e Centenário do Sul; **Requerimento n.º 608/2023**, dos Deputados Doutor Antenor, Arilson Chiorato, Ana Júlia, Luciana Rafagnin e Professor Lemos, solicitando o envio de expediente para a Secretaria de Saúde do Estado, requerendo aquisição de Tomógrafo para a Associação de Saúde Frederico Virmond de Guarapuava; **Requerimento n.º 609/2023**, dos Deputados Ademar Traiano, Alexandre Curi e Maria Victória, requerendo o envio de votos de congratulações e aplausos ao Prefeito de Jesuítas, Sr. Aparecido José Weiller Junior, pelo seu brilhante trabalho junto à Associação dos Municípios do Paraná – AMP; **Requerimento n.º 610/2023**, dos Deputados Professor Lemos, Renato Freitas, Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Ana Júlia, Gilberto Ribeiro e Goura, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário de Administração, Sr. Elisandro Pires Frigo, e ao Secretário de Educação, Sr. Roni Miranda Vieira, requerendo alterações no Edital n.º 011/2023, que reage o Concurso Público para professores e pedagogos da rede estadual, para corresponder ao Piso Nacional do Magistério e que haja o aumento no número de vagas para o mínimo 10 mil vagas.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 597/2023**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando a retirada da Emenda de Redação à Redação Final do Projeto de Lei n.º 239/2022; **Requerimento n.º 598/2023**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, requerendo autorização para se ausentar do País no período de 9 a 30 de abril de 2023, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo; **Requerimento n.º 607/2023**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando a inserção nos Anais desta Casa matéria publicada no Jornal “O Estado de São Paulo”, em 17 de janeiro de 2017, no campo “Coluna do Broadcast”.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 589/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de março de 2023.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 591/2023**, do Deputado Nelson Justus, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8 de março de 2023; **Requerimento n.º 593/2023**, do Deputado Gugu Bueno, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 de março de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra Sessão Ordinária na sequência, antecipada de quarta-feira para o dia de hoje, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 34/2021 e 519/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 405/2019, 544/2022, 35/2023, 127/2023, 128/2023, 129/2023, 130/2023, 131/2023, 132/2023, 163/2023, 164/2023, 165/2023, 166/2023, 167/2023 e 192/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h15, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)

TRANSCRIÇÃO.

TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS. (Conforme Requerimento do Deputado Arilson Chiorato, protocolado sob o n.º 607/2023 e aprovado nesta Sessão Ordinária, solicitando a inserção de matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 17 de janeiro de 2017.)

Coluna do Broad.

Por Aline Bronzati, Cintia Decloedt e Fernanda Guimarães.

Copel é acusada de quebrar contrato. A Copel está sendo acusada de quebra de contrato por um Fundo de Investimentos em Participações (FIP) e a briga deve ser decidida por Arbitragem. O imbróglio envolve uma parceria entre a empresa paranaense e o FIP IEER, que criou a Companhia de Energias Renováveis (CER Energia). A Copel tem participação de 49,9% nesta empresa.

Contrapartida. O FIP IEER aponta que a Copel teria começado a indicar falhas materiais em projetos já aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Nesse interim, a CER participou de leilões, tendo saído vencedora em quatro certames, em projetos que demandariam investimentos de R\$ 2,1 bilhões. A contrapartida da Copel, no entanto, nunca teria saído. Os próprios advogados da estatal de energia teriam alertado a administração sobre o caso. A Copel não comentou o assunto e afirmou que existe um termo de confidencialidade.

Contrato. Pelo contrato firmado, o IEER formularia projetos de energia eólica, que passariam pelo aval da Copel. Ainda pelo acordo, a Copel faria pagamentos para a CER Energia, sendo que o contrato estabelecia que seriam realizados investimentos de R\$ 4,5 bilhões em projetos que somariam 1.150 megawatts (MW). Ao fim de cinco anos, a Copel compraria a participação da IEER na CER.

Mais Capital. O “não” da japonesa Sumitomo em reduzir o capital da Mineração Usiminas (Musa), liberando caixa para a siderúrgica mineira, poderá significar, caso o veto seja mantido, uma nova necessidade de aumento de capital na Usiminas. No ano passado, as sócias controladoras Temium e Nippon Steel, além da maior acionista minoritária, a CSN, injetariam R\$ 1 bilhão na siderúrgica diante de sua fragilidade financeira.

Lá vou eu. A crise já está fazendo com que mais pessoas escolham o ônibus para viajar. O Guichê Virtual, startup de venda de passagens de ônibus online no Brasil,

registrou aumento de 150% em suas vendas de passagens em dezembro de 2016 ante o mesmo período de 2015. O aumento ocorreu mesmo sem o feriado prolongado de Natal e Ano Novo.

Levou. A empresa sueca de pagamentos móveis Izettle adquiriu, recentemente, toda a participação do Santander, de 50%, na sua operação brasileira. O negócio ocorreu após o banco lançar, no ano passado, a chamada Vermelhinha.

Concorrentes. O produto do banco espanhol é uma oferta combinada de conta corrente e adquirência para profissionais liberais, autônomos e ainda microempreendedores individuais (MEI). Esse é justamente o público alvo da sueca aqui e ao redor do mundo.

Mas amigos. Apesar de o casamento ter acabado, a parceria comercial foi mantida. Até mesmo porque o fintech - startup do setor financeiro - está plugada na adquirente do Santander, a GetNet, para registrar suas transações com cartões de crédito e débito no Brasil.